

Boletim Informativo Nº 25 - setembro de 2012

Prezados amigos e amigas da família CEFEP,
Meu abraço fraterno.

Em Brasília, só se fala de mensalão: incertezas, perplexidades, interrogações... Ou um salto para um "Brasil mais sério"? Estou voltando de Fortaleza onde participei de um encontro dos colegas que estudaram no mesmo período em Roma. Por sinal, durante o Concílio Vaticano II: hoje alguns são bispos, outros padres e também casados com suas esposas. Praticamente todos e todas com mais de setenta anos. Uma juventude a mais tempo. Mas valeu! Momento de avaliação, de aprofundamento de aspectos do Vaticano II.

Um amigo meu, quando passou dos sessenta anos para setenta escreveu um livro que tinha como título: "se_senta ou se_tenta?" Acho que o encontro mostrou que a turma tenta mais do que se senta. Todas em plena atividade.

Em Fortaleza, como em todas as cidades do Brasil, o assunto era eleição. Sem dúvida, o mensalão está falando nos bastidores das próximas eleições.

Espero que os nossos ex-alunos que são candidatos/as sejam bem sucedidos e possamos comemorar em janeiro próximo. E o CEFEP? Estamos sentindo muita falta do Sidney. Ele está bem no novo trabalho. Não conseguimos ainda um substituto. Esperamos resolver em breve.

Geraldo Aguiar esteve aqui, no final de agosto, na reunião do Conselho Episcopal de Pastoral (CONSEP). Ele tem andado meio adoentado mas não para um minuto.

Já deixamos fechada a planilha das matérias para a segunda etapa do curso presencial de 13 a 26 de janeiro de 2013. Aguardamos todos e todas em Brasília com alegria e bandeirinhas. Importante prever logo as passagens para conseguir os abatimentos.

Naturalmente, apesar das dificuldades financeiras, conseguiremos oferecer as mesmas porcentagens de desconto da primeira etapa.

Contamos com a presença de todos/as.

Com amizade,
Padre Ernanne Pinheiro,
Secretário executivo do CEFEP

O Brasil que queremos

O final de agosto nos leva, direto, para a Semana da Pátria. Será sempre importante cultivar nossa identidade de brasileiros, a partir da esplêndida realidade com que fomos agraciados pela natureza e pela história. Pois a Pátria não é só o que a natureza nos regala em sua generosidade. A Pátria é também o fazemos dela.

Aí começa nosso desafio. Que Pátria queremos construir. Esta questão vai tomando mais consistência, na medida em que nos damos conta das diversas dimensões de nossa vida que precisam ser assumidas, definidas e trabalhadas.

Tempos atrás, no processo das "Semanas Sociais Brasileiras", que agora está sendo retomado com vigor, chegamos a definir um sonho de Brasil que gostaríamos de ver realizado.

Foi então que aos poucos foram sendo alinhados diversos adjetivos para desenhar "O Brasil que a gente quer", "O Brasil que nós queremos".

A série começava pela dimensão política. E de fato, a política é imprescindível para a definição da convivência entre cidadãos

duma mesma Pátria. Contanto que a política seja exercida democraticamente. Assim se firmava a primeira referência da Pátria que sonhamos. Queremos um Brasil "politicamente democrático".

Em seguida, pelas inúmeras implicações da economia na vida dos cidadãos, se defendia com firmeza que o Brasil precisava ser "economicamente justo". Como a economia é tão complexa na sua dinâmica, todos se davam conta que esta dimensão precisa ser assumida com critérios políticos e com competência profissional. Não é espontaneamente que a economia de um país é justa. A economia não está imune a exigências de ordem política e social. Ela não está acima dos valores que compõem o sonho de uma Pátria onde todos se sentem acolhidos e podem participar com sua presença e seu trabalho.

Por isto, a seguinte dimensão se tornava imprescindível para ir desenhando um sonho viável e justo de Brasil. De modo que a ladainha dos valores prosseguia, dizendo que nós queremos um país "socialmente solidário". Por mais que

economia contribua para que todos tenham os recursos para a sua vida, ela nunca resolve sozinha os problemas. A sociedade precisa se pensar e se organizar de maneira fraterna, tendo presente que o valor de cada pessoa humana não se mede em primeiro lugar por aquilo que produz, compra ou vende, mas cada um vale em primeiro lugar por aquilo que ele é. E isto postula uma sociedade solidária, onde os mais frágeis têm precedência no atendimento de suas necessidades, independente de sua participação na produção dos bens materiais e culturais. O mercado não esgota a economia, nem dispensa a solidariedade.

Assentados estes três pilares, da democracia, da justiça e da solidariedade, foram emergindo outras dimensões, que também precisam integrar nosso sonho de Brasil. Para formarmos uma Pátria de cidadãos livres, participativos, responsáveis, abertos à convivência, é preciso contar com outras referências, cuja importância foi aparecendo com clareza.

Somos um país continental, onde as regiões cumprem um papel

decisivo. As regiões acabam proporcionando o contexto para a expressão de valores culturais diversificados, que enriquecem a Pátria e proporcionam novas oportunidades de fecunda convivência entre os cidadãos.

Assim, fomos nos dando conta que "o Brasil que nós queremos" precisa também ser "culturalmente plural, regionalmente diversificado, ecologicamente sustentável, e religiosamente ecumênico".

São tantos os ingredientes de um projeto de Pátria. Percebemos a grande distância que existe entre a teoria e a prática, entre o sonho e a realidade.

Quem sabe, ao longo desta Semana da Pátria, renovemos o sonho do "Brasil que nós queremos", para saber por onde começar sua implementação. Depois, conversaremos de novo.

Dom Demétrio Valentini

Onde estão? 30 de Agosto Dia Internacional do Detido Desaparecido

Na América Latina e no mundo, em 30 de agosto comemora-se o Dia Internacional do Detido Desaparecido. Essa data nasceu como iniciativa da Federação Latino-americana de Associações de Familiares de Detidos-Desaparecidos (Fedefam) e tem sido apoiada pela ONU.

De acordo com a Fedefam, há um total de 204.994 detidos desaparecidos na América Latina desde que surgiu o fenômeno do desaparecimento forçado, em 1960.

É nosso dever recordar hoje que muitos dos criminosos que assassinaram e desapareceram a milhares de nossos/as filhos/as, pais, mães e irmãos/ãos em nosso continente foram treinados na academia militar dos Estados Unidos, conhecida como a Escola das Américas.

É nosso dever recordar hoje que, em 1966, a imprensa norte-americana divulgou a existência dos Manuais de Treinamento, que aconselhavam "... aplicar torturas, chantagem, extorsão e pagamento de recompensas por inimigos mortos".

Recentemente, em junho de 2012, felicitamos ao presidente Rafael Correa por tomar a decisão soberana de retirar suas tropas da Escola das Américas.

Ressaltamos que as milhares de vítimas de violações aos direitos humanos no Equador e em toda a América Latina têm o direito de conhecer quem são os responsáveis pelos assassinatos, desaparecimentos forçados e torturas e que estes sejam levados à justiça para que paguem por seus crimes. Ao mesmo tempo, os Estados devem dar garantias à sociedade e aos sobreviventes de que essa situação não se repetirá; uma medida concreta é acabar com a formação militar na Escola das Américas que tanto dano e sofrimento tem causado a nossos povos.

Para 2012, segundo as projeções da Escola das Américas –que hoje atua com o nome de Instituto de Cooperação e Segurança do Hemisfério Ocidental (Whinsec)- foram treinados 2.289 militares ou policiais, tanto nas dependências da própria academia militar quanto mediante treinamento nos países que solicitam.

Somente a Argentina, a Venezuela, a Bolívia, o Uruguai e o Equador anunciaram publicamente a retirada de suas tropas do treinamento da Escola das Américas.

A Colômbia, o Chile, o México, o Peru, o Paraguai, Honduras, Guatemala, Panamá, El Salvador, Nicarágua, Brasil, Costa Rica, República Dominicana, entre outros ainda continuam enviando militares ou policiais para receber treinamento na Escola das Américas.

Nesse dia especial, queremos reconhecer o trabalho de dezenas de agrupamentos de familiares de detidos desaparecidos de toda a América Latina que ainda persistem em sua luta pela verdade e pela justiça

Dizer Nunca mais, é também dizer NÃO mais à Escola de Assassinos, Não mais Escola das Américas.

SOA Watch Escritório na América Latina

Tradução: ADITAL



Em defesa dos direitos dos povos indígenas. Nota da CNBB



Em defesa dos direitos dos povos indígenas. Nota da CNBB

Em 30 de agosto de 2012, o Conselho Episcopal Pastoral do Brasil (CEP) realizou uma reunião extraordinária para discutir a Portaria 303, emitida pelo Ministério da Justiça em 2011, que altera o processo de demarcação de terras indígenas. A CNBB expressa sua preocupação com a possibilidade de retroatividade da Portaria e sua incompatibilidade com a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Depoimento sobre o trucidamento do Padre Antonio Henrique Pereira Neto

O Conselho Episcopal Pastoral do Brasil (CEP) realizou uma reunião extraordinária em 30 de agosto de 2012 para discutir o trucidamento do Padre Antonio Henrique Pereira Neto, ocorrido em 2011. O depoimento foi realizado pelo Pe. José Ernane Pinheiro na Comissão da Verdade e da Memória da Câmara de Pernambuco.



“A Portaria 303 significa um vilipêndio ao direito irreparável dos irmãos indígenas, posto que quando o Estado Nacional foi instituído essas populações já viviam em terras brasileiras”, afirma nota da CNBB em defesa dos direitos dos povos indígenas

(OIT).

Equivoca-se a AGU ao respaldar a Portaria nas “Condicionantes” estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Petição 3388, relativo à demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, uma vez que resta, ainda, aos Ministros da Corte Suprema a apreciação de Embargos de Declaração. As “Condicionantes” não possuem efeito vinculante e, portanto, não se aplicam às demais terras indígenas do país, nem tão pouco, pode a sua aplicação ser retroativa.

A Portaria significa um vilipêndio ao direito irreparável dos irmãos indígenas, posto que quando o Estado Nacional foi instituído essas populações já viviam em terras brasileiras. Pode, além disso, ampliar ainda mais a violência contra os povos indígenas no país que, só neste ano, já tiveram 30 de suas lideranças assassinadas. Sua manutenção fará aumentar a vergonhosa dívida social que o Brasil acumulou com os indígenas ao longo de sua história.

Apelamos, portanto, ao Governo Federal e à AGU que revoguem a Portaria 303, eliminando, assim, a iminente injustiça que se cometerá contra os povos indígenas caso entre em vigor.

A hora é de reparar erros e evitar mortes! Deus, Senhor de todos os povos, nos inspire nos caminhos da vida, da justiça e da paz!

Eis a nota:

Brasília, 30 de agosto de 2012.

Dom Raymundo Damasceno Assis
Arcebispo de Aparecida
Presidente da CNBB

Dom José Belisário da Silva
Arcebispo de São Luís
Vice-presidente da CNBB

Dom Leonardo Ulrich Steiner
Bispo Auxiliar de Brasília
Secretário Geral da CNBB

O Conselho Episcopal Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, reunido em Brasília de 28 a 30 de agosto de 2012, solidário aos povos indígenas ameaçados em seus direitos, vem manifestar sua preocupação e discordância em relação à Portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU), prevista para entrar em vigor no próximo dia 24 de setembro.

Juntamente com o Projeto de Lei 1610/1996 e as Propostas de Emendas Constitucionais 215/00 e 038/1999, que tramitam, respectivamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, esta Portaria reflete uma política que beneficia diretamente os interesses de terceiros sobre as terras dos indígenas e das comunidades tradicionais e camponesas. É, portanto, uma violência contra esses povos e uma ameaça à sua vida!

Com a Portaria 303, a AGU dificulta os processos de reconhecimento e demarcação dos territórios tradicionais, facilitando a exploração, especialmente dos recursos hídricos e minerais das terras já demarcadas e desrespeitando o direito de consulta aos povos. Favorece, além disso, a desconstrução da legalidade dos direitos dos povos indígenas e a legitimação da ilegalidade do esbulho das suas terras. Por meio deste instrumento, a AGU ignora o artigo 231 da Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho

Depoimento sobre o trucidamento do Padre Antonio Henrique Pereira Neto

Depoimento do Pe. José Ernane Pinheiro na Comissão da Verdade e da Memória Dom Helder Camara – Pernambuco, no dia 16-08-2012.

Exmo. Sr Dr. Fernando Coelho, presidente da Comissão,
Exmo. Sr. Dr. Pedro Eurico, relator do caso Padre Henrique na Comissão,
Demais membros da Comissão da Verdade e da Memória,
Meus Senhores e minhas Senhoras,

Meu depoimento perante esta significativa Comissão é eclesial. No período, eu exercia o cargo de Vigário Episcopal dos Leigos na Arquidiocese de Olinda Recife e como tal fui nomeado pelo arcebispo Dom Helder Camara, na missa de corpo presente, o sucessor do padre Henrique para dar continuidade aos trabalhos da Pastoral de juventude. Vou tentar organizar minha reflexão em cinco partes:

1. Quem era o Padre Henrique e como realizava o trabalho pastoral;
2. O contexto da Igreja em Olinda e Recife no período;
3. O bárbaro trucidamento do padre Antônio Henrique;
4. A morte do padre Antonio Henrique e a Igreja de Olinda e Recife;
5. As repercussões do trucidamento do padre e perguntas consequentes.

1. Quem era Padre Antônio Henrique Pereira Neto e seu trabalho pastoral

Nasceu no Recife aos 28 de outubro de 1940. Fez sua formação sacerdotal em Olinda, João Pessoa, com estudos de psicologia nos Estados Unidos. Foi ordenado sacerdote aos 25/12/1965, poucos dias após o término do Concílio Vaticano II.

Desde os tempos de Seminário, manifestava uma vocação para trabalhar com a juventude. Vários grupos de secundaristas e universitários recebiam sua orientação. Henrique defendia uma proposta metodológica baseada no seguinte princípio: o final do curso médio e o início do curso universitário é um momento propício para ajudar os jovens a se encaminhar para a vida.

Para ter acesso à íntegra do depoimento, [clique aqui](#).



Em defesa dos direitos dos povos indígenas. Nota da CNBB

Em 30 de agosto de 2012, o Conselho Episcopal Pastoral do Brasil (CEP) realizou uma reunião extraordinária para discutir a Portaria 303, emitida pelo Ministério da Justiça em 2011, que altera o processo de demarcação de terras indígenas. A CNBB expressa sua preocupação com a possibilidade de retroatividade da Portaria e sua incompatibilidade com a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Depoimento sobre o trucidamento do Padre Antonio Henrique Pereira Neto

O Conselho Episcopal Pastoral do Brasil (CEP) realizou uma reunião extraordinária em 30 de agosto de 2012 para discutir o trucidamento do Padre Antonio Henrique Pereira Neto, ocorrido em 2011. O depoimento foi realizado pelo Pe. José Ernane Pinheiro na Comissão da Verdade e da Memória da Câmara de Pernambuco.



Indígenas, integrantes do Cimi e da CPT são ameaçados de morte no Acre

A CPT e o CIMI Acre, desde suas respectivas fundações, cumprem a missão de acompanhar as comunidades rurais e indígenas do estado e sul do Amazonas. Temos claro que mexer com interesses econômicos do latifúndio, madeireiros e fazendeiros, não é uma tarefa fácil.

Todas as ações contrárias ao saque legalizado e oficialmente subvencionado à floresta acreana incomodam um grupo cuja ação tem sido a sistemática inviabilização da permanência das comunidades em seus territórios. Historicamente, eles não receiam em utilizar meios violentos para seguirem expropriando.

O que não foi diferente com as equipes da CPT e CIMI Acre que, ultimamente, sofrem ameaças porque incomodam e incomodam muito. Telefonemas e ameaças presenciais, além de invasões à sede política da CPT, são as maneiras usadas para jogar ela intimidação.

No enfrentamento a esta realidade, soma-se o CIMI, com foco mais específico na realidade indígena, igualmente questionadora do latifúndio e das novas formas de apropriação dos meios naturais coletivos para transformá-los apenas em capital de acúmulo para alguns.

Nesta mesma frente, portanto, encontram-se lideranças indígenas, trabalhadores rurais, agentes e missionários da CPT e do CIMI, numa cronologia cuidadosamente desenhada e inadmissível.

OS FATOS - CPT

1 - Em 3 de junho de 2011 o Agente Pastoral Cosme Capistano da Silva, recebeu uma ligação no seu celular, um homem lhe disse: "Estou ligando para você avisar aos seus amigos da CPT que morreu gente no Pará, em Rondônia e que agora vai ser no Amazonas e no Acre. E é daí por diante".

2 - Em 8 de junho de 2011 o agente Célio Lima da Silva recebeu uma ligação no telefone fixo da CPT, um homem desconhecido que lhe disse: "você diga aquele seu amiguinho Cosme lá de Boca do Acre e aquela sua amiguinha Darlene que eles estão na lista".

3 - Em visita às comunidades da bacia hidrográfica do riozinho do rola (comunidade atingida pelo manejo madeireiro) a equipe da CPT foi abordada por um veículo e Mozar Marcondes Filho parou seu veículo e tirou fotografia do veículo da CPT Acre.

4 - No dia 15 de agosto de 2012 arrombaram a sede da CPT Acre e nada levaram. No dia 25 de agosto de 2012, entraram novamente na sede da CPT, arrombaram todas as portas, entraram na sala da coordenação e nada levaram. Nas salas tinham cheques assinados, dinheiro em espécie, equipamentos e nada levaram. E ainda deixaram o dinheiro e cheques que estavam na gaveta em cima da mesa, bem visível, comprovando assim que não era roubo.

OS FATOS - CIMI

5 - No dia 09 de abril de 2012, durante reunião, Pedro Jaminawa, indígena do povo Jaminawa, Terra Indígena Caiapucá, tornou públicas as ameaças que ele e sua família vinham sofrendo por parte de fazendeiros que exploram ilegalmente a madeira na terra indígena. "Que o João tome cuidado que o pessoal vai matar ele". Outra ameaça feita à irmã de João: "Fala pro João que enquanto a terra não for demarcada, vão continuar retirando madeira e que se o João continuar atrapalhando vamos dar um fim nele."

6 - No dia 17 de abril de 2012, Lindomar Dias Padilha, coordenador regional do CIMI Amazônia Ocidental, recebeu uma ligação, não identificada, onde uma voz masculina dizia: "Cuidado mais pessoas podem morrer".

7 - No dia 18 de maio, Lindomar recebe outra ligação e uma voz masculina não identificada diz: "Você está na nossa lista."

8 - No dia 1º de junho, Francisco Jaminawa e outros três indígenas foram ouvidos por um

funcionário da Funai, onde narraram as várias ameaças de morte que vinham sofrendo. Não tivemos até agora nem cópia do documento e não sabemos de nenhum encaminhamento. Francisco é cacique da aldeia São Paolino e lá toda a comunidade está presa em suas casas porque, segundo afirmam, se saírem serão mortos pelos jagunços dos fazendeiros.

9 - No dia 14 de julho, dois missionários do Cimi se preparavam para viajar quando Lindomar recebeu nova ligação: "Tome cuidado com a viagem. Essa estrada é perigosa e acidentes podem acontecer".

10 - Várias outras denúncias foram feitas por indígenas. Só Francisco Siqueira Arara, cacique do povo Apolima-Arara, fez mais de dez denúncias de ameaças que vem sofrendo, sempre envolvendo questões relacionadas à lua pela terra.

Por fim, entendemos (CIMI e CPT) que medidas precisam ser tomadas, pois é urgente a garantia do território às comunidades ribeirinhas e seringueiras, além da demarcação das terras indígenas - cujos processos estão paralisados desde o ano de 2000. Só com essas medidas a paz voltará ao campo e a vida garantida aos povos que nele vivem.

Fonte: Cimi e CPT



Acesse o site do CEFEP

www.cefep.org.br

Aí você encontrará documentos e artigos atuais e importantes relacionados à temática Fé e Política

Expediente

Centro Nacional de Fé e Política "Dom Helder Câmara"
Secretaria: Av. W5 Norte SGAN Quadra 905 Lote C
Cep: 70790-050 Brasília-DF
Fone/fax: (61) 3349 4623
e-mail: cefep@cefep.org.br
Elaboração: Sidney Sabino
Revisão: Pe. José Ernanne Pinheiro